

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: CONTRIBUIÇÕES DO PSICOPEDAGOGO INSTITUCIONAL NA MODALIDADE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Andreia Silva de Lima ¹
Ana Luiza Guilhermina da Silva ²

INTRODUÇÃO

O presente artigo apresentará o resultado do trabalho realizado pelo psicopedagogo institucional em sua atuação na atualização do projeto político pedagógico de uma instituição educacional no município de Parnamirim/RN.

O tema surgiu da necessidade de encontrar subsídios teóricos/metodológicos para o psicopedagogo orientar de forma satisfatória a realização do novo documento com suas adequações referentes as questões relacionadas à inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais em suas metas e ações.

Grassi citado por TEIXEIRA (2015, p.02) afirma que,

O trabalho psicopedagógico institucional é realizado com base na análise das redes de relações que se estabelecem em instituições que atuam, direta ou indiretamente, em processos de ensino e aprendizagem. Logo, seu objeto de estudo é a instituição, seja ela uma escola, um hospital ou uma empresa, onde pessoas se relacionam, ensinam e aprendem.

A partir desse entendimento, pode-se compreender o quanto a área da psicopedagogia é ampla e o quanto a psicopedagogia institucional representa para o processo de ensino aprendizagem no ambiente escolar.

Assim, a psicopedagogia institucional é uma área que se propõe a estudar inúmeras possibilidades de construção do conhecimento dentro da escola, de forma a valorizar as diversas informações que nos rodeiam.

¹ Graduada do Curso de **Pedagogia** da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, andreiaca39@gmail.com

² Graduanda pelo Curso de **Pedagogia** da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, analuizaguilhermina@gmail.com;



O Psicopedagogo, por sua vez, tem a função de observar e avaliar qual a verdadeira necessidade da escola e atender aos seus anseios, bem como verificar, junto ao Projeto Político Pedagógico, como a escola conduz o processo ensino aprendizagem, como garante o sucesso de seus alunos e como a família exerce o seu papel de parceira nesse processo.

Mas como poderia ser realizada essa atualização do projeto político pedagógico de uma escola, levando em consideração a perspectiva inclusiva?

Inicialmente, o objetivo geral buscou desenvolver ações em uma instituição educacional no que tange a atualização do projeto político pedagógico em uma perspectiva inclusiva. Os objetivos específicos foram: a) Realizar entrevistas com os vários segmentos da escola elencando os pontos fortes e fracos da instituição; b) Analisar os dados obtidos; c) Realizar reuniões com o Conselho Escolar; d) Identificar a quantidade de alunos com necessidades educacionais especiais na escola e as respectivas deficiências; e) Realizar Palestras sobre inclusão educacional e acessibilidade; f) Orientar a produção do documento atualizado do documento pelos segmentos da escola; g) Apresentar a versão final na reunião com o Conselho escolar.

Desta forma, a atuação do psicopedagogo se fez necessária na instituição escolar em questão devido a demanda da atualização do projeto político pedagógico da escola.

Com relação ao projeto político pedagógico da escola, podemos observar que a necessidade de reconstruir este documento é necessária devido às novas demandas, como por exemplo inserir a questão da educação inclusiva. Como é ressaltado no texto de CEDAC (2016 p. 07): A escola, ao elaborar o PPP, afirma sua identidade e revela sua organização, suas metas e seus planos a toda a comunidade, o que possibilita avanços e construção de métodos para se relacionar e articular com o entorno.

Neste contexto, observa-se que a necessidade da atualização desse documento será um estímulo para a união dos vários atores educacionais e a reflexão sobre metodologias que podem favorecer o aprendizado e a inclusão de alunos com deficiência.

O procedimento da pesquisa-ação será realizado neste estudo devido a necessidade de participação cooperativa e participativa do pesquisador. A população (universo da pesquisa) será a comunidade docente e discente de uma escola, a amostragem serão os representantes do conselho escolar e os professores regentes da escola em questão. Os instrumentos de coleta serão: entrevista (membros do conselho escolar e professores), observação direta ou do participante (reunião ordinária do Conselho Escolar),



documentos (projeto político pedagógico anterior) e dados arquivados (média de alunos com NEE matriculados nos dois últimos anos).

Desta forma, é possível desenvolver atitudes inclusivas na escola e o psicopedagogo institucional, atuou de forma decisiva, orientando na tomada de decisões sobre a construção de metas e ações trazendo à tona as questões da inclusão da pessoa com deficiência no novo documento.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Com o arcabouço teórico explicitado, vamos explanar detalhes do plano de intervenção do psicopedagogo institucional no contexto escolar: **Queixa da escola:** Atualização e criação de um plano de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais no projeto político-pedagógico. **Hipóteses:** Inexistência de prioridade para reuniões pedagógicas quer seja presencial, quer seja virtual, para discutir a respeito da atualização do Projeto Político Pedagógico (PPP); Ausência de discussões sobre elaboração de plano de inclusão de alunos com dificuldades de aprendizagem no PPP; Carência de atividades e projetos que permitam o acesso e a participação da comunidade escolar na construção e atualização do PPP; Falta de um olhar mais sensível, de planejamento e organização acerca dos alunos que apresentam alguma deficiência.

Intervenção Psicopedagógica: 1º momento: Levantamento dos saberes da equipe escolar sobre o que é o PPP, as experiências pessoais da equipe e seu trabalho no ensino remoto durante as medidas mais restritivas na pandemia da Covid-19. As perguntas foram estruturadas e enviadas de forma virtual pelo formulário Google. A metodologia do resumo expandido deverá apresentar os caminhos metodológicos e uso de ferramentas, técnicas de pesquisa e de instrumentos para coleta de dados, informar, quando for pertinente, sobre a aprovação em comissões de ética ou equivalente, e, sobre o direito de uso de imagens. **2º momento:** Planejamento coletivo para organizar o processo e definir atribuições de cada participante. **3º momento:** Levantamento para coletar dados e fazer um diagnóstico sobre a escola, observando os pontos fortes e pontos fracos da escola. Neste momento é importante ter acesso a resultados da avaliação da escola em exames nacionais e o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos com necessidades especiais: **4º momento:** Mobilização da comunidade escolar externa (pais, familiares, responsáveis) em parceria com o Conselho Escolar. **5º momento:** Análise de projetos políticos



pedagógicos antigos, pesquisar média de alunos com NEE no último ano letivo, socialização dos dados e definição de prioridades para estabelecer metas com a comunidade escolar, observando os documentos oficiais como a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), BNCC (Base Comum Curricular Nacional) e a atualização da Lei de Inclusão de 2020. **6º momento:** Elaboração do texto do documento. **7º momento:** Divulgação da versão final para aprovação no Conselho Escolar. **8º momento (permanente):** Uso do documento como referência para nortear a tomada de decisões no cotidiano escolar.

Portanto o plano de ação planejado pelo psicopedagogo institucional encontrou respaldo para atuação e intervenção sobre a queixa detectada no diagnóstico inicial. Boas práticas como essa podem ser um exemplo importante na atuação deste profissional que ainda busca seu espaço e sua identidade.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico foi fundamentado em documentos oficiais como a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018), os estudos de Mantoan (2010) trazendo reflexões sobre a educação inclusiva, Orrú (2014) destacando a importância do projeto político pedagógico nas discussões das ações realizadas na escola, Bastos (2015) favorecendo a compreensão sobre os espaços de atuação do psicopedagogo institucional, Campos (2015) trazendo reflexões sobre o desenvolvimento de práticas de educação inclusiva, entre outros.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos foram alcançados em parte, devido a pandemia da Covid-19 que resultou no fechamento das escolas e dessa forma as entrevistas foram realizadas de forma digital. Sendo assim, o plano de ação não pôde ser efetivado e somente o diagnóstico da instituição e a entrevista conseguiram ser realizadas de forma integral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir que é de suma importância que o projeto político pedagógico da escola seja o retrato da escola, sendo uma imagem fiel e trazendo objetivos e ações claras e possíveis de serem colocadas em prática.



Vale salientar que o P.P.P. não é um documento para ficar engavetado, deve-se tê-lo à mão nos principais momentos de discussão e tomadas de decisões com relação ao fazer pedagógico. A educação está sempre em processos de mudança e ele tem que acompanhar esses avanços adaptando-se às novas demandas.

Portanto, ao longo da narrativa podemos observar a imensa importância da função do psicopedagogo na escola, as necessidades que são atendidas por esse profissional e suas contribuições para a atualização do Projeto Político Pedagógico e inclusão das crianças com dificuldades de aprendizagens nesse documento.

Palavras-chave: educação inclusiva- escola pública.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Disponível em:
<<http://basenacionalcomum.mec.gov.br>> Acesso em 11/04/2022

CAMPOS, Maria Celia Rabello org. **Atuação em Psicopedagogia Institucional: brincar, criar, aprender em diferentes idades.** 2 ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015 p. 67-112

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **Atendimento Educacional Especializado: políticas públicas e gestão nos municípios.** São Paulo: Moderna, 2010, p.09-20

ORRÚ, Sílvia Esther org. **Para além da educação especial: avanços e desafios de uma educação inclusiva.** Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014, p.95-130

